

Relações entre Sociedade e Conhecimento

Bernardete Sequeira

UAlg, FE
bsequei@ualg.pt

João Filipe Marques

UAlg, FE
jfmmaq@ualg.pt

Resumo

A problemática do conhecimento humano, o seu modo de funcionamento a sua justificação, extensão e classificação têm sido, desde há muito, objeto de um debate filosófico e sociológico vigoroso. Ao longo do texto iremos percorrer esse caminho que enquadra o sujeito como parte integrante do ato de conhecer e explora a compreensão do pendor social ao nível da criação do conhecimento. Tentaremos perceber a forma como o conhecimento foi pensado e sujeito a análise, ou seja, procuraremos perspetivar o conhecimento sobre o conhecimento. Num primeiro momento, refletiremos sobre o conhecimento, com o intuito de contribuir para uma clarificação de como o homem o procurou explicar. Este percurso será feito à luz de duas abordagens teóricas, a Teoria do Conhecimento e a Sociologia do Conhecimento. Num segundo momento, contribuiremos para a reflexão acerca da importância do conhecimento na sociedade atual. Deste modo, iremos discutir o papel da sociedade na construção e desenvolvimento do conhecimento e, simultaneamente, o papel do conhecimento na sociedade.

Palavras-Chave: conhecimento, Sociologia do Conhecimento, sociedade.

Introdução

O debate sobre o conhecimento tem sido intensificado no decorrer dos últimos séculos, no entanto, é inegável que o interesse pelo campo do conhecimento, pela sua construção, armazenamento e difusão é muito antigo. Mesmo nas sociedades mais simples a qualidade dos produtos humanos está relacionada com a maneira peculiar como as pessoas fazem as coisas. Evidência que não dispensa a interação entre as pessoas e, fundamentalmente, a transformação do conhecimento individual numa obra coletiva.

Desde há muito que se tem consciência da importância do conhecimento e do talento humano como diferencial competitivo entre as organizações e os países. O “como fazer”, decorre da aplicação do co-

nhecimento em associação com a experiência e a inteligência humana.

A economia de mercado mundial, com as suas políticas e práticas expansionistas, associadas a um progresso exponencial das tecnologias de informação e de comunicação, conduziu a uma situação de competitividade globalizada à escala mundial. Este cenário promoveu alterações ao nível do papel desempenhado pelos vários fatores competitivos, acelerando a transição de uma sociedade fundamentalmente industrial para uma sociedade pós-industrial, caracterizada pela eclosão do setor dos serviços e do conhecimento. Atendendo à importância crescente do conhecimento nos processos de inovação e de desenvolvimento, na era da globalização, a capacidade de diferenciação das sociedades e das organizações irá

depende cada vez mais da qualidade do seu capital humano e do conhecimento acumulado. Esta é uma das razões que nos permitem afirmar que o debate sobre o conhecimento, a sua construção e desenvolvimento, assume a maior pertinência na atualidade.

O debate sobre o conhecimento tem mobilizado uma grande variedade de áreas que procuram descortinar a complexidade do conceito e do próprio processo de construção e desenvolvimento do mesmo, dando azo a uma grande diversidade de perspectivas. Nesta reflexão, tentaremos perceber a forma como o conhecimento foi pensado e sujeito a análise, ou seja, procuraremos perspetivar o conhecimento sobre o conhecimento. Ao longo do texto iremos percorrer o caminho que enquadra o sujeito como parte integrante do ato de conhecer e explora a compreensão do pendor social ao nível da criação do conhecimento. Assim, num primeiro momento, incidiremos em duas abordagens teóricas: a Teoria do Conhecimento e a Sociologia do Conhecimento. Num segundo momento, procuraremos contribuir para a reflexão acerca da importância do conhecimento na sociedade atual, pelo que ao longo do texto problematizaremos o papel da sociedade na construção e desenvolvimento do conhecimento e, concomitantemente, o papel do conhecimento na sociedade.

1. Conhecer o Conhecimento

A procura da compreensão e explicação das leis do mundo remonta à existência do próprio Homem. Para esse fim, o Homem, tem-se socorrido da magia, do mito e da religião, assim como, ultimamente, da ciência e da tecnologia. A problemática do conhecimento mereceu a atenção dos filósofos gregos, desde os pré-socráticos, como Heraclito e Parmênides, aos próprios sofistas. No entanto, é sobretudo nos últimos séculos da história da humanidade que se atribuiu uma crescente importância às questões relacionadas com uma forma específica de conhecimento: a Ciência. Percebemos esta recente inclinação quando na Idade Moderna, a Teoria do Conhecimento se transformou num tema central, com a emergência da problemática do racionalismo e do empirismo.

Segundo Hessen (1978), a história da Filosofia apre-

senta-se como um movimento pendular entre dois elementos: a “conceção do eu” e a “conceção do universo. De fato, na discussão filosófica, ao longo da história, manifesta-se um certo antagonismo entre estes dois elementos, dando-se, por vezes, mais importância a um em detrimento do outro. Algo que mostra, precisamente, que o dualismo entre sujeito e objeto pertence à essência do conhecimento.

A Teoria do Conhecimento é um domínio que investiga os problemas decorrentes da relação entre sujeito e objeto do conhecimento, bem como as condições necessárias para a constituição de um saber “verdadeiro”. Ao procurar “uma explicação ou interpretação filosófica do conhecimento humano” (Hessen, 1978: 25), a Teoria do Conhecimento tem explorado as problemáticas relativas à natureza, fontes e validade do conhecimento. Desta forma procura a resposta para questões como: o que é o conhecimento? Como o alcançamos? Existirão meios para defender o conhecimento contra o “desafio cético”? Estas questões são tão antigas quanto a Filosofia, pelo que a História da Filosofia, desde o período grego, pode ser encarada como o processo que procura a resposta para a pergunta: o que é conhecer? No entanto, a definição de o que é o conhecimento está longe de ser logicamente perfeita, pelo que a procura do conhecimento na Filosofia se encontra também carregada de ceticismo (Nonaka & Takeuchi, 1997). É este contexto que conduziu vários filósofos a partir em busca de um método que os levasse a estabelecer a “verdade incontestável”.

A controvérsia entre racionalismo-empirismo tem sido uma das discussões mais persistentes ao longo da História da Filosofia. Esta disputa foi posteriormente, superada pela síntese kantiana uma das posições intermédias que tentam conciliar ou superar o dualismo manifestado pelas posições radicalmente defensoras do puro racionalismo ou do puro empirismo.

René Descartes, considerado o fundador do racionalismo moderno, defende que enquanto seres pensantes, assumimos um conjunto de princípios e ideias inatas, que fundamentam de forma lógica as nossas percepções e representações. É com base nestas ideias claras e distintas que se pode construir por dedução um conhecimento universal (Descartes, 1986). Deste

modo, na corrente racionalista, a razão assume um papel preponderante no processo cognitivo, constituindo-se como a fonte principal do conhecimento (Hessen, 1978). O sujeito cognoscente constitui a parte ativa e as representações que cria dos objetos reais submetem-se às estruturas das ideias. O verdadeiro conhecimento não é produto da experiência sensorial, mas sim de um processo mental que deduz a verdade absoluta através de uma argumentação racional baseada em axiomas (Nonaka & Takeuchi, 1997).

John Locke e David Hume são os nomes que emblematizam a perspectiva empirista. Locke, fundador do empirismo britânico, defende que o conhecimento começa das impressões sensoriais. Na perspectiva da corrente empirista a experiência sensível é a fonte de todo o conhecimento. O conhecimento sobre as coisas é proveniente da experiência e só é válido quando se encontra nos domínios daquilo que é passível de ser observado. Para os empiristas a mente é como uma folha em branco, vazia de qualquer conceito. Para esta linha de pensamento, não existem ideias inatas; a mente é apenas o recetáculo de toda a informação que é captada pelos sentidos. Nesta perspectiva, a razão apenas tenta organizar o fluxo de informação, com que é constantemente alimentada, fruto da experiência vertida pelos sentidos.

O debate histórico entre racionalistas e empiristas conduziu a posições intermédias que procuram superar as limitações de ambas as correntes filosóficas. Nesta linha encontra-se a corrente designada por intelectualismo, cujo precursor foi Aristóteles, e que atribui à inteligência o exercício de “julgar” e ler as imagens sensíveis obtidas através dos sentidos. Assim, o intelecto retira os conceitos da realidade e atua sobre as imagens que esta oferece. “*Deste modo, a experiência e o pensamento formam justamente a base do conhecimento humano*” (Hessen, 1978: 75).

Existe ainda uma segunda tentativa de mediação entre o racionalismo e o empirismo, designada por apriorismo, cujo representante mais conhecido é o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). Este filósofo, também entende a experiência e o pensamento como as fontes do conhecimento, o entanto, concebe a relação entre experiência e pensamento num sentido oposto. À luz do apriorismo kantiano, o

pensamento não é passivo relativamente à experiência. De fato, o pensamento é ativo; é constituído por elementos a priori, independentes da experiência, formas que permitem a ordenação, no espaço e no tempo, do amontoado das sensações numa justaposição e sucessão (Hessen, 1978). Segundo esta perspectiva, o conhecimento começa com a experiência mas acaba por ser organizado através das estruturas que o sujeito cognoscente possui a priori; i.e. antes de qualquer experiência sensível (Kant, 1997).

Augusto Comte (1798-1857), que se constitui uma figura proeminente do pensamento social e da Sociologia, na discussão acerca do método positivo da ciência, agregou o empirismo ao racionalismo, tratando a teoria como o modo de organizar os factos de forma relevante para que possam ser utilizados cientificamente (Giddens, 1998). Na perspectiva comtiana a experiência subjetiva é considerada uma ficção metafísica, pelo que, neste aspeto, podemos considerar Comte como um descendente direto de Hume (Giddens, 1998). Embora Comte adote fundamentalmente um ponto de vista empirista, a observação sistemática distingue a ciência positiva de outras formas de conhecimento. De facto, a perspectiva positivista está dependente das evidências da percepção, consideradas a base da certeza na ciência (Giddens, 1998). O racionalismo, por seu lado, apenas trata da organização seletiva dos factos à luz das teorias, que estabelecem a ligação dos factos com as leis ou proposições universais.

1.1. Sociologia e Conhecimento passando pela Sociologia do Conhecimento

Um dos objetivos da teoria geral do conhecimento é situar o conhecimento científico entre outras formas possíveis de conhecimento. Surge então a questão: há ou não processos de conhecimento que utilizam vias diferentes das utilizadas pela ciência? Na tentativa de responder a esta questão, alguns autores propõem dirigir as nossas faculdades intelectuais para a “intuição das essências” e fundar assim, para além da ciência dos factos uma ciência fenomenológica (Blanché, 1988).

A Fenomenologia constitui uma atitude filosófica,

fundada por Edmund Husserl na viragem do século XIX para o século XX, que procura compreender e interpretar os fenómenos que se expõem à percepção sem recorrer às categorias preconcebidas do racionalismo. Sugere a supressão da separação entre o "sujeito" e o "objeto" (contrariamente ao pensamento positivista) e analisa a realidade a partir da ótica da primeira pessoa. Para a abordagem fenomenológica o verdadeiro conhecimento integra as percepções das coisas e não as meras reflexões de uma consciência pré-existente que determine a priori a espécie de conhecimento possível de encontrar (Mannheim, 1986), como defendia a orientação Kantiana.

Na esteira da posição clássica de Platão, Husserl também distingue a intuição sensível da intuição não sensível. A primeira tem como objeto as coisas concretas e individuais, a segunda tem como objeto a essência geral das coisas. Para Husserl, todos os fenómenos, do mais simples ao mais complexo, são reais, na medida em que são compreendidos pela consciência, ou seja, são objeto do pensamento. A fenomenologia estabelece como postulado que o fenómeno é lastro do pensamento, ou seja, é pensamento e ao mesmo tempo fenómeno. Por exemplo uma criança ao desenhar um pássaro, ainda que de forma pouco precisa, poderá dizer que as asas que desenhou são de um pássaro; sabemos que é apenas uma tentativa de desenhar um pássaro, mas sabemos também que representa efetivamente um pássaro. Nesta linha de pensamento Herbert Mead, no seu livro *Mind, Self and Society*, publicado em 1934, sustenta que a experiência é mediada pela interpretação. Para este autor, o significado que os indivíduos atribuem às suas experiências, assim como os processos de interpretação, são elementos essenciais e não alheios àquilo que é a experiência. Os significados vão-se construindo num jogo de interações que o sujeito estabelece nas diferentes situações da vida e acabam por ser uma construção social (Coutinho, 2011). Nesta ótica, os fenomenologistas tentam compreender qual o significado dos acontecimentos e das interações para as pessoas em determinadas situações. Procuram entrar no mundo concetual dos indivíduos com o propósito de aferir quais os significados que estes constroem a partir dos eventos da sua vida quotidiana, livre de pressupostos e de ideias pré concebidas (Coutinho, 2011).

A aproximação da fenomenologia à Sociologia verificou-se através do trabalho do austríaco Alfred Schütz que se situou no cruzamento das preocupações da Sociologia Compreensiva de Max Weber e da Filosofia fenomenológica de Edmund Husserl (Corcuff, 2001). Weber foi um neokantiano que rejeitou o absolutismo científico e admitiu uma certa relatividade no que respeita à verdade científica (Ferreira et al., 1995). Este autor foi um dos primeiros a defender que o conhecimento da realidade na sua totalidade é impossível, tanto no que se refere ao conhecimento vulgar como no que se refere à Ciência. *“Não podemos conhecer mais do que o que resulta da aplicação de categorias ao real”* (Ferreira et al., 1995: 91). Por outro lado, *“para todas as disciplinas, tanto das ciências da natureza como das ciências da cultura, o conhecimento é uma conquista que nunca poderá atingir o seu termo”* (Aron, 1994: 481), porque podemos sempre ir mais longe na análise e avançar mais na investigação, à medida que a história progride e os sistemas de valores se renovam (Aron, 1994). A sociologia de Weber visa a compreensão (*verstehen*) interpretativa da ação social e os sentidos subjetivos dessa ação, mas também a sua causalidade e os seus efeitos. Ao aplicar o método da hermenêutica aos factos humanos e sociais, Weber lançou os fundamentos de uma sociologia compreensiva ou interpretativa.

Weber não pensa que a ordem social tenha que se opor ou distinguir-se dos sujeitos como uma realidade exterior a estes, antes defende que as normas sociais se concretizam quando se manifestam sob a forma de motivação para a ação. Distingue, então, quatro tipos de ação social segundo o modo de orientação (Barata, 2002: 17):

- i) a ação racionalmente orientada para um sistema de fins individuais, em que a ação se orienta em função de expectativas respeitantes a objetos exteriores ou pessoas, implicando a consideração dos meios para alcançar determinados fins;
- ii) a ação racionalmente orientada em relação a um valor absoluto, resultado de uma convicção, ética, estética ou religiosa;
- iii) a ação afetiva, aquela que resulta de estados emocionais do sujeito quando submetido a determinadas circunstâncias;

iv) a ação tradicional que é motivada pelos costumes, tradições, hábitos, crenças, quando o sujeito age movido pela obediência a hábitos fortemente enraizados.

Nesta perspetiva, a Sociologia como ciência compreensiva da ação social, implica a captação do sentido que o sujeito imprime ao seu comportamento, pelo que Weber tem a preocupação de compreender o sentido que cada ator social dá às suas ações (Aron, 1994). Apenas alguns anos depois da morte de Weber, Schütz defenderia que, para entender os indivíduos, é necessário compreender como estes apreendem o mundo em que vivem, o "mundo da vida" (*lebenswelt*). Segundo Schütz, os objetos de pensamento, constituídos pelos investigadores em ciências sociais, fundamentam-se nos objetos de pensamento constituídos pelo Homem quando conduz a sua vida quotidiana entre os seus semelhantes. De acordo com esta perspetiva, o conhecimento erudito do mundo social assenta no conhecimento comum. *“Qualquer interpretação desse mundo baseia-se numa reserva de experiências prévias, as nossas próprias e as que nos transmitiram os nossos pais ou os nossos professores; estas experiências sobre forma de ‘conhecimentos disponíveis’, funcionam como esquemas de referência”* (Schütz, cf. Corcuff, 2001: 68).

Este conhecimento comum manifesta-se através da tipificação, isto é, o que é experimentado na perceção de um objeto é transferido para outro objeto similar. Os atores sociais efetuam tipificações contínuas do mundo social, nomeadamente através da linguagem que herdaram das gerações anteriores. Assim, o mundo percecionado no quotidiano é intersubjetivo e socialmente construído, uma vez que não é somente do ator mas também dos outros, inclusive daqueles que o precederam, e também porque é constituído por significações que se consolidaram ao longo da história das sociedades humanas. Contudo, há que ter em conta que a reserva de conhecimentos disponíveis não é a mesma para todos, existe uma *“distribuição social do conhecimento”* condicionada pela trajetória biográfica e pela situação social de cada ator (Corcuff, 2001: 68). *“O homem comum habita um mundo que é “real” para ele, embora em diferentes graus, e “sabe”, com graus variáveis de certeza, que este mundo possui tais e tais características”* (Berger & Luckman, 2004: 15).

A expressão “Sociologia do Conhecimento” foi introduzida na literatura pelo filósofo alemão Max Scheler, na década de 20 do século passado. No entanto, os seus antecedentes imediatos provêm do pensamento alemão do século XIX, nomeadamente do pensamento marxista, do pensamento nietzschiano e do historicismo (Berger & Luckman, 2004). É em Marx que se encontra a raiz da sociologia do conhecimento, na medida em que este entende que a maneira de pensar dos homens é determinada pelas características da sociedade em que vivem. Marx, invertendo o pensamento de Hegel, argumenta que é o mundo das coisas materiais, nomeadamente o modo como os homens se organizam para retirar o seu sustento da natureza, que determina o mundo das ideias e não o contrário. O materialismo marxista é baseado na convicção de que a consciência humana é reflexo da ação do homem sobre a matéria, ação que está sempre em constante movimento e em processo de criação. O modo de produção da vida material, segundo Marx, condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Assim, *“não é a consciência dos homens que determina o seu ser, pelo contrário, é o ser social que determina a sua consciência”* (Marx, 1971: 29). Marx defende que os homens, independentemente da sua vontade, entram em relações determinadas e necessárias. Partindo desta ideia, o autor salienta que é imprescindível analisar movimento da História tendo em conta a estrutura das sociedades, as forças e relações de produção e não a interpretação da maneira de pensar dos homens (Marx, 1971). *“Não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”* (Marx, 1971: 29). Assim, o materialismo dialético de Marx considera, que a história da humanidade não é o produto do espírito, como defendia Hegel, mas o resultado da luta de classes.

A Sociologia do Conhecimento incluiu alguns conceitos-chave do pensamento de Marx, nomeadamente os conceitos de “ideologia” (visões do mundo que servem de armas para interesses sociais), de “falsa consciência” (pensamento alienado do verdadeiro ser social do pensador) e, ainda, os conceitos de “infra-estrutura” e de “superestrutura”. Para Marx o pensamento humano alicerça-se na atividade humana

(trabalho) e nas relações sociais produzidas por esta atividade. Assim, a infraestrutura corresponde ao conjunto das atividades humanas ligadas ao trabalho, enquanto a superestrutura constitui o mundo simbólico que é produzido por essa atividade (Berger & Luckman, 2004: 19). Deste modo, a infraestrutura económica da sociedade determina a sua superestrutura ideológica, jurídica, política, religiosa e cultural.

O tema dominante explorado, por esta corrente de pensamento é o do sentido da relatividade de todas as perspetivas sobre as ocorrências humanas. A insistência de que nenhuma situação social poderá ser compreendida, exceto no seu contexto histórico, facilmente poderia ser traduzida na ênfase da situação social do pensamento (Berger & Luckman, 2004).

É importante sublinhar aqui que o interesse de Scheler pela sociologia do conhecimento foi passageiro, pois o verdadeiro objetivo das suas preocupações filosóficas era o estabelecimento de uma antropologia filosófica que ultrapassasse a relatividade das perspetivas que possuem uma localização específica, tanto ao nível histórico como ao nível social (Berger & Luckman, 2004: 19). Daí que tenha argumentado que a relação entre “fatores ideais” e “fatores reais” (termos remissivos dos conceitos infraestrutura/superestrutura de Marx), consiste apenas na regulação de uns pelos outros: os “fatores reais” regulariam as condições em que certos “fatores ideais” aparecem na história (Mannheim, 1986), mas não o seu conteúdo. Isto é, a sociedade determina a presença, mas não a natureza das ideias (Berger & Luckman, 2004: 19). Scheler analisou a forma como o conhecimento é ordenado na sociedade e considerou que o este funciona como um a priori da experiência do indivíduo, fornecendo-lhe uma ordem de significação. Esta ordem, ainda que situada num contexto sócio-histórico específico, surge como o modo natural do indivíduo olhar o mundo, a designada “*visão relativa e natural de uma sociedade*” (Berger & Luckman, 2004: 20).

No entanto, a perspetiva daquele que é considerado o fundador da sociologia do conhecimento, Karl Mannheim, é muito mais alargada do que a de Scheler. Segundo Mannheim, a sociedade determina, não apenas a aparência, mas também o conteúdo das

ideias. Este autor recupera o materialismo histórico marxista, ao afirmar que o conhecimento, para além de ser historicamente relativo, é igualmente socialmente relativo, ou seja, é condicionado por certas condições do ser social, especialmente, ao nível da classe (Mannheim, 1986). O autor argumenta que os elementos de uma classe cooperam e competem em grupos diversamente organizados e que estes impellem, de acordo com a posição dos grupos a que pertencem, a modificação de questões da sociedade ou a sua perpetuação numa dada condição. Assim, é em função dos desejos de mudar ou de conservar essa atividade coletiva que surgem os problemas, os conceitos e os modos de pensamento. Desta forma, na construção dos diversos modos de pensamento, é a competição que influencia o aparecimento de novos conhecimentos e os sentidos em que estes se desenvolvem. É esta dinâmica que controla o mercado económico, o curso dos acontecimentos políticos e sociais e, principalmente, impulsiona as diversas interpretações do mundo, as quais que, quando são descobertas as suas origens sociais, se revelam como expressões intelectuais de grupos em luta pelo poder.

Assim, os grupos concretos organizados em volta de certos interesses dominantes encontram-se comprometidos com um determinado estilo de pensamento e de sensibilidade que, embora não derivem dos referidos interesses enquanto tais, eles estão associados (Mannheim, 1986). Segundo Karl Mannheim, a tarefa da sociologia do conhecimento é estabelecer a relação entre “pontos de partida” filosóficos e intelectuais (expressões das aspirações de grupos) e as correntes sociais (que influenciam as posições sociais). Isto é, descobrir a correlação entre as posições intelectuais em abstrato e as classes sociais concretas que lhe estão subjacentes (Mannheim, 1986: 248). Ora, no processo sócio-histórico encontram-se não só grupos antagónicos que competem entre si mas também conflitos de postulados universais (de que os vários estilos de pensamento são aspetos parciais) - *weltvollungen*, cujo desenvolvimento está ligado a certas classes. Alguns dos postulados universais são reminiscências do passado enquanto outros vão surgindo. Esta dinâmica dá espaço à permeabilização de conflitos de valor em cada estágio da evolução histórica e, por conseguinte, ao surgir de novos postulados universais (Mannheim, 1986: 252).

Uma das preocupações centrais de Mannheim foi o fenómeno da ideologia. Segundo o autor, ao nível da Sociologia do Conhecimento não há pensamento humano que não sofra influências ideológicas do seu contexto social (Berger & Luckman, 2004). A abordagem estrutural é um traço fundamental na perspectiva deste autor. Todas as formas mais simples, elementarmente lógicas, como os conceitos ou juízos, só podem ser compreendidas no âmbito da sua forma globalizante e compreensiva (Mannheim, 1986). De acordo com o autor, apenas podemos explicar e compreender uma determinada coisa se encontrarmos o seu lugar nas ordens, séries e níveis correntemente aceites. Assim, a interpretação de um fenómeno pressupõem a compreensão de uma totalidade ou de uma conceção universal de uma época – “visão do mundo”. No entanto, Mannheim acreditava que, embora as influências ideológicas não pudessem ser erradicadas na sua totalidade, elas poderiam ser minimizadas pela análise sistemática de um número significativo de diferentes perspectivas, relativamente a um determinado objeto de pensamento. Assim sendo, a Sociologia do Conhecimento é importante para a compreensão dos acontecimentos humanos afastada de ideologias ligadas a posições de classe. Este investigador abordou ainda as potencialidades do pensamento “utópico” que tal como a ideologia, produz uma imagem distorcida da realidade, mas, ao contrário desta, tem uma dinâmica que permite transformar essa realidade na imagem projetada. No fundo, antecipa a noção de “profecia que se cumpre a si própria” que viria a ser formalizada alguns anos mais tarde por Robert Merton.

O sociólogo americano Robert Merton também se debruçou sobre a sociologia do conhecimento e enquetou a sua abordagem a partir do estrutural-funcionalismo sociológico. Este autor aplica os seus próprios conceitos de funções “manifestas” e funções “latentes” à esfera das ideias, distinguindo entre funções conscientes, e intencionais das ideias e as suas funções inconscientes e não intencionais das ideias. As funções manifestas dependem claramente dos objetivos perseguidos pelos sujeitos e do desejo de integração dos grupos e, inversamente, as funções latentes, são inconscientes, uma vez que a sua ação não depende da vontade e da intenção dos atores envolvidos (Silva, 2012).

Merton, a partir de 1942, procurou clarificar os debates sobre a relação entre o saber científico e a sociedade e, para tal, traçou as grandes linhas da Sociologia da Ciência. Para este sociólogo, o relevante não são os métodos ou os conteúdos da ciência mas os valores culturais e as normas subjacentes à atividade científica. A Sociologia da Ciência deve estudar não apenas a estrutura cultural da ciência, mas também o impacto da sociedade na determinação dos focos de interesse, na seleção de problemas e nos próprios compassos de desenvolvimento científico (Santos, 2002). Neste sentido, para Merton, a Sociologia da Ciência deveria identificar e explicar as condições sociais, políticas e culturais que permitem uma maior ou menor possibilidade de desenvolvimento da ciência, tendo em conta que determinadas sociedades podem ser mais ou menos favoráveis ao seu desenvolvimento (Silva, 2012).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2002), embora se possa considerar a Sociologia da Ciência como um ramo da Sociologia do Conhecimento, a realidade é que existe uma clivagem entre a Sociologia do Conhecimento que foi elaborada na Europa entre finais do Século XIX e a década de trinta do século XX e a Sociologia da Ciência fundada nos Estados Unidos da América no início da década de quarenta do século passado. Num contexto em que o desenvolvimento do capitalismo americano produziu um desenvolvimento tecnológico sem precedentes e com fortes consequências sociais, por exemplo, no domínio do desemprego tecnológico, da obsolescência das aptidões, da vida quotidiana dos operários, a que vem acrescentar-se a ligação da ciência à guerra, impunha-se definir as condições em que a ciência deveria ser praticada, de forma a evitar abusos ao nível da sua utilização. Ora, a Sociologia do Conhecimento europeia estava longe de poder contribuir para esta tarefa.

A Sociologia do Conhecimento admitia o condicionamento social na construção da ciência, não só apenas ao nível dos conteúdos teóricos, como das condições metodológicas e critérios de validade intrínsecos ao processo científico, posição que colide fortemente com a posição positivista que está por detrás do desenvolvimento tecnológico. Para além disso a Sociologia do Conhecimento debatia-se com o perigo do relativismo, bem patente na obra de Ma-

nheim. Ou seja, a transformação da verdade numa questão de consenso poderia contribuir para a sua manipulação política. Algo que já tinha sido aproveitado na Alemanha pelo regime nazi. A acrescentar a isto, observa-se que as investigações realizadas na Europa que possuíam, um cariz vago e abstrato, por contraste com a ciência e a tecnologia americanas. Sociologia da Ciência pretendia constituir um objeto bem definido e limitado e proceder à sua investigação segundo os cânones da ciência (Santos, 2002).

Segundo Norbert Elias (1971), os postulados teóricos comuns às diversas teorias sociológicas do conhecimento são relativamente simples. Estes postulados teóricos podem espelhar-se na afirmação de que a estrutura da “consciência”, das ideias, do conhecimento, do pensamento, da percepção ou de qualquer outra perspetiva que queiramos eleger é, fundamentalmente, definida pela estrutura dos grupos humanos que as produzem, não pelos “objetos” da consciência ou pela própria consciência, ou seja, pela “lógica”, ou pela “razão”.

O esforço para integrar a Sociologia do Conhecimento na ótica neopositivista da sociologia geral ficou a dever-se a Theodor Geiger, que sustentou a possibilidade de superar as ideologias através do recurso cuidadoso aos procedimentos científicos. Werner Stark vai mais longe, ao deixar para trás os problemas da ideologia e ao afirmar o que o objetivo da Sociologia do Conhecimento não consiste em desenterrar as distorções produzidas ao nível social, mas no estudo sistemático das condições sociais do conhecimento enquanto tal.

Berger e Luckman (2004), por seu turno, referem que o interesse da Sociologia do Conhecimento tem incidido sobre questões epistemológicas, ao nível teórico, e sobre questões da história intelectual, ao nível empírico. Estes autores, afastam-se das concepções de Mannheim, de Scheler, bem como da orientação neopositivista, pois entendem que a questão das ideias, nomeadamente a ideologia, é apenas uma parte do problema mais amplo da sociologia do conhecimento. Uma vez que para eles, esta disciplina deve “ocupar-se de tudo aquilo que é considerado ‘conhecimento’ na sociedade” (Berger & Luckman, 2004: 26). Isto é, o que o Homem conhece como realidade na sua vida quotidiana. É este conhecimento que consti-

tui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir.

Peter Berger e Thomas Luckman, associados ao construtivismo fenomenológico (Outhwaite, 2002), manifestamente influenciados pelo pensamento de Alfred Schütz, alargaram a Sociologia do Conhecimento ao conhecimento comum, ou seja, ao conjunto de processos de construção social do conhecimento na vida quotidiana. Na sua perspetiva, a Sociologia do Conhecimento deverá, não apenas tratar da variedade empírica do conhecimento nas sociedades humanas mas também dos processos pelos quais qualquer conjunto de conhecimentos se estabelece como “realidade” (Berger & Luckman, 2004). Na medida em que o conhecimento humano se desenvolve, transmite e conserva em situações sociais, importa compreender o processo pelo qual este se realiza, para que a realidade se cristalice para o Homem comum e seja admitida como certa.

Berger e Luckman não abordam a construção do conhecimento científico, ideológico ou técnico, antes procuram esclarecer os fundamentos do conhecimento na vida quotidiana. Esse espaço que passa pela objetivação dos processos e dos significados subjetivos sobre os quais é construído o mundo intersubjetivo do senso comum, que é aquele que partilhámos com os outros nas rotinas normais da vida quotidiana. Esta abordagem assenta num procedimento que tem em conta uma realidade objetiva, externa aos atores e outra, subjetiva, interna aos sujeitos. Esta perspetiva é explorada à luz dos diferentes processos de institucionalização, internalização, assimilação e exteriorização de conhecimento.

Para estes autores, a sociedade é indubitavelmente uma realidade objetiva, isto é, é constituída por objetos autónomos dos sujeitos. É neste duplo processo de exteriorização e objetivação que se sustentam o conhecimento comum tipificador e as interações face-a-face, que alimentam o processo de institucionalização, em sentido lato (Corcuff, 2001). A “*realidade da vida quotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais apreendemos os outros e ‘lidamos’ com eles nos encontros frente a frente, tornando-se mais anónimos à medida que se distanciam da situação frente a frente. Assim, apreendo outrem como ‘homem’, ‘europeu’, ‘comprador’, ‘tipo jovial’, etc.*” (Berger & Luckman, 2004: 42). Deste

modo, “a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca por tipos de atores, de ações tornadas hábito” (Berger & Luckman, 2004: 66). É no suceder da história, “através da cristalização das tipificações e dos hábitos e da sedimentação no decorrer do tempo (por exemplo através de reservas comuns de conhecimento, a partir das quais a linguagem nomeia a realidade) que as instituições adquirem uma certa solidez e estabilidade” (Corcuff, 2001: 70). “O mundo institucional é, por conseguinte, vivenciado como uma realidade objetiva” (Berger & Luckman, 2004: 72). As instituições, a fim de se preservarem, necessitam de legitimações quer de ordem cognitiva, quer de ordem normativa (Berger & Luckman, 2004). Mais concretamente, as instituições precisam de formas simbólicas que permitam o seu conhecimento e valorização e, por conseguinte, a sua explicação, justificação e transmissão. A construção das legitimações assenta sobre a linguagem e proporciona uma lógica atribuída ao mundo social objetivado. Desta forma, a linguagem consegue objetivar o mundo e transformar a experiência numa ordem coerente, concretizando o mundo no sentido de o apreender e o produzir. Esta ordem institucional faz parte do património social do conhecimento disponível e, como tal, é entendida como certa. Esta condição permite a um observador de uma sociedade aferir se as instituições da mesma funcionam efetivamente e se se integram tal como é expectável (Berger & Luckman, 2004: 75-76).

Assim, a integração de uma ordem institucional só pode ser compreendida no âmbito do conhecimento que os seus membros têm dela. O conhecimento fundamental acerca da ordem institucional assenta no conjunto de tudo o que todos sabem sobre o mundo social (princípios morais, valores, crenças, mitos, provérbios, etc.) e que dinamiza e motiva a conduta institucionalizada. Este é o conhecimento adquirido no decurso da socialização e que medeia a interiorização individual das estruturas objetivadas no mundo social. Ora, sendo o conhecimento social entendido como um corpo de verdades acerca da realidade, o desvio radical da ordem institucional surge como um afastamento da realidade, por vezes designado de doença mental, depravação ou simplesmente ignorância (Berger & Luckman, 2004: 76-77).

Os autores insistem na objetividade construída do mundo social (Corcuff, 2001), contudo, a sociedade

para Berger e Luckman também é subjetiva, uma vez que é interiorizada através da socialização que consiste na “completa e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor desta” (p. 138). A socialização é, assim como a institucionalização, um duplo processo de conservação e de transformação que simultaneamente mantém e modifica a realidade, através do abandono e do acrescento de elementos que conduz ao enfraquecimento de certos setores da realidade e ao reforço de outros (Berger & Luckman, 2004). Deste modo, o conhecimento relativo à sociedade é uma percepção, no sentido de apreensão da realidade social objetivada e uma realização, no sentido de continuada produção da realidade (Berger & Luckman, 2004). Os autores sublinham que existe uma relação dialética entre o homem (o produtor) e o mundo social (o seu produto), ou seja, o homem em coletividade e o mundo social interagem um com o outro. A exteriorização, a objetivação e a interiorização (pela qual o mundo social objetivado é reintroduzido na consciência no decurso da socialização) são momentos de um processo dialético contínuo. Estes três momentos ocorrem em simultâneo, pelo que não devem ser considerados numa sequência temporal, o mesmo sucede em relação a um membro individual da sociedade, o qual exterioriza o seu ser no mundo social e ao mesmo tempo o interioriza como uma realidade objetiva.

A Sociologia do Conhecimento distingue-se da Teoria do Conhecimento Científico devido ao facto de esta última se centrar sobre os problemas comuns às diversas áreas do conhecimento científico, preocupando-se com o desenvolvimento do conhecimento científico a um nível meta-teórico. O trabalho de Thomas Kuhn é paradigmático desse nível. Kuhn, encontra-se na fronteira entre a investigação da fundamentação de teorias e a Sociologia do Conhecimento, na medida em que a sua obra, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, publicada em 1962, aborda os problemas metodológicos e epistemológicos e simultaneamente considera o papel dos processos sociais que estão implícitos no conhecimento científico. Uma importante contribuição de Kuhn, senão a mais importante, reside no facto de legitimar a relevância do conteúdo social (crenças, valores, consensos), em muitos casos como um fator fundamental para a validade de muitas descobertas da ciência. Este autor

defendeu que a comunidade científica, enquanto grupo social, em determinados momentos da sua história adota e partilha um conjunto de crenças, valores, técnicas, etc., que se constituem como o paradigma (ou programa) para a validação e aceitação do conhecimento científico (Kuhn, 2009). Desta forma “*um paradigma é o que os membros de uma comunidade científica compartilham, e, reciprocamente, uma comunidade científica é composta por aqueles que compartilham um paradigma*” (Kuhn, 2009: 237). Assim, o autor sustenta que a ciência é também uma práxis social e histórica e é nesta premissa que assenta a sua proximidade com a Sociologia do Conhecimento.

Segundo Norbert Elias, no que diz respeito à aquisição do conhecimento, nenhum ser humano pode ser considerado um ponto de partida: na verdade, nós estamos sobre os ombros de outros que nos transmitem um conjunto de conhecimentos já adquiridos que, se nos for possível, podemos alargar. Se pensarmos no desenvolvimento do conhecimento humano a longo prazo, tanto no que diz respeito aos aspetos científicos como aos aspetos não científicos, percebemos que a dicotomia estática tradicional (como entre “sujeito” e “objeto” ou entre “subjetivo” e “objetivo”) no não é adequada (Elias, 1971: 165). Como escreve este autor, “*The classical epistemological paradigm of a lonely individual and isolated “subject” fishing here and now for knowledge of the connections of “objects” in the vastness of an unknow world, starting from scratch and all on his own, is no longer serviceable*” (Elias, 1971: 165).

Em vez disso, é necessário um paradigma que consiga lidar com o fato de que a aquisição de conhecimento é um processo que vai para além da duração de uma vida e da capacidade de criação de um indivíduo. Na verdade, aquisição de conhecimento é um processo no qual os “sujeitos” são grupos de pessoas de diferentes gerações (Elias, 1971: 165). Deste modo, de acordo com o autor, o conhecimento que as pessoas detêm num determinado período é originário de um longo processo de aquisição de conhecimentos que teve origem no passado. Ora, isto não pode ser entendido sem se ter em conta uma certa sequência estruturada. Obviamente, o aumento do conhecimento ou o desenvolvimento do conhecimento está integrado no desenvolvimento mais amplo das sociedades (nas quais o próprio se desenvol-

ve) e em última instância, acaba por integrar o desenvolvimento da própria humanidade (Elias, 1971).

2. O conhecimento na sociedade atual

Todas as sociedades humanas foram, de alguma forma, baseadas no desenvolvimento e acumulação de conhecimento (Paulos & Moniz, 2013). Então, porque afirmamos que nos encontramos numa sociedade do conhecimento? Na era pós-industrial em que atualmente vivemos, onde se redefinem valores e reavaliam fatores de competitividade, a centralidade do conhecimento está intimamente ligada às contingências sócio históricas ao nível do trabalho, das organizações e da sociedade em geral. A era do conhecimento é, de fato, resultado do nosso tempo e do nosso progresso (Kluge, Stein, & Licht, 2002). No entanto, o desenvolvimento do conhecimento e a sua aplicação não são, de forma alguma, exclusivos da sociedade atual (Kluge et al., 2002).

O paradigma que caracterizou a economia mundial na primeira metade do século XX assentou numa economia baseada na produção industrial e desde os anos 50, o setor terciário assumiu uma importância crescente como alavanca do desenvolvimento económico das nações (Serrano & Fialho, 2003). Este crescimento do setor terciário foi caracterizado por uma intensificação da mecanização na produção industrial, fato que libertou mão-de-obra e conduziu à mudança de mentalidades, permitindo a entrada das mulheres no mundo profissional e um grande desenvolvimento tecnológico. A década de 90 do século XX foi pautada por um setor terciário dominante em relação aos restantes. Nesta época o desenvolvimento tecnológico alterou radicalmente a forma de processar informação permitindo a manipulação de volumes de informação cada vez maiores. Desta forma, a informação e o conhecimento foram assumindo um papel fulcral na economia em relação ao capital, às matérias-primas e até mesmo ao trabalho.

O sociólogo Daniel Bell, se não foi o inventor, terá sido o pioneiro na conceptualização e sistematização do conceito de sociedade pós-industrial. No início dos anos 60, num exercício de previsão social, este

autor interpretou as tendências observadas nos Estados Unidos da América como uma tendência geral da evolução dos países industrializados e definiu o perfil da sociedade pós-industrial segundo cinco dimensões (cf. Freire, 2001):

i) Passagem de uma economia fundada na produção de bens para uma economia onde a prestação de serviços ganha maior importância;

ii) Uma distribuição ocupacional em que os operários industriais deixam de ser o grupo dominante e se evidencia o grande crescimento e posição decisiva das profissões técnicas e dos especialistas altamente qualificados;

iii) Identificação, como princípio fundamental do saber teórico codificado, que funciona na sociedade como o motor central gerador de inovação e mudança controlada, bem como a matriz das ideias diretores que inspira a coletividade;

iv) Uma visão do futuro que passa pela planificação e o controlo do emprego da tecnologia, como processo decisivo do desenvolvimento económico-social;

v) Emergência de uma nova metodologia de raciocínio (tecnologia de intelecto) capaz de dar resposta a problemas muito mais complexos do que a simples correlação de duas variáveis. Nesta ótica, o trabalho e o capital tendem a ser suplantados pela informação e pelo conhecimento, tornando-se estes as variáveis centrais da economia (Kovács, 2002). Por essa razão, os processos sociais, pelo seu controlo, passam a ser centrais ao nível dos sistemas políticos e a expressão de sociedade de informação e, por vezes, de sociedade da informação e do conhecimento (Freire, 2002), tornam-se cada vez mais comuns no léxico contemporâneo.

Alain Touraine, numa obra de finais dos anos 60, designou a sociedade pós-industrial de “sociedade programada”, argumentando que o mecanismo regulador fundamental é a programação de recursos (1969). Num exercício de comparação entre a sociedade industrial e a pós-industrial, percebemos que nesta última, as lutas sociais não são empreendidas pela apropriação da riqueza gerada mas pelo domínio dos processos de afetação de recursos, de ritmos e formas de alcançar objetivos coletivos. Processos

esses em que as classes e os grupos sociais, as entidades públicas e privadas se confrontam procurando influenciá-los com a sua própria lógica. Neste tipo de sociedade, o que comanda os conflitos e as desigualdades de distribuição do rendimento económico é a informação e o conhecimento, os quais funcionam como instrumentos de controlo do desenvolvimento e como principal recurso para o posicionamento dos indivíduos na estrutura social. Touraine salienta algumas características da sociedade pós-industrial, também apontadas por Bell, no entanto, a sua análise atribui maior ênfase às novas classes sociais e aos conflitos provenientes das novas relações sociais.

Alvin Toffler dá nota da eclosão da “Civilização da Terceira Vaga”, ou seja, a emergência de uma nova civilização que traz consigo novos estilos de famílias, diferentes modos de trabalhar, amar e viver, uma nova economia, novos conflitos políticos e fundamentalmente uma nova percepção. (Toffler, 1984a), Como escreve o autor,

Procuramos palavras que descrevam toda a força e todo o alcance desta extraordinária mudança. Alguns falam do assomar de uma Era Espacial, de uma Era Informacional, de uma Era Eletrónica ou de uma Aldeia Global (Toffler, 1984: 13).

No entanto, o autor não considera adequada nenhuma das designações que têm vindo a ser avançadas. Ou por terem um enfoque restrito e/ou por serem demasiado estáticas; condições que estreitam a nossa compreensão e não revelam toda a dimensão e o dinamismo das mudanças que avançam impetuosamente. Toffler (1984b) declara que nos confrontamos com a mais profunda reestruturação criativa de todos os tempos. As ideias-chave do período industrial estão a ser desacreditadas, ignoradas e ultrapassadas ou incluídas em teorias mais abrangentes e mais poderosas.

Manuel Castells (2002) descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade globalizada, centrada no uso e aplicação de informação e conhecimento, cuja base material vai sendo alterada de forma acelerada por uma revolução tecnológica centrada nas tecnologias da informação. Este facto conduz a profundas mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos e nos sistemas de valores. O autor

mobiliza o termo “sociedade em rede” e conceptualiza a rede como “um conjunto de nós interligados” (Castells, 2002: 606) que, pela sua maleabilidade, flexibilidade e poder, se torna uma ferramenta de grande utilidade para dar conta da complexidade da configuração das sociedades contemporâneas sob o paradigma informacional.

As redes são estruturas abertas capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio (Castells, 2002: 607).

Segundo as observações e análises do autor, a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gestão e informação, com geometria variável, cuja interação supera as tradicionais diferenças entre empresas e pequenos negócios e atravessa diversos setores, espalhando-se por diferentes pontos geográficos e unidades económicas. Castells, defende que a convergência da evolução histórica e da mudança tecnológica, nos conduziu a um modelo cultural de interação, onde a informação constitui o “ingrediente-chave” da nossa organização social e o fluxo de mensagens entre redes é o encadeamento básico da nossa estrutura social.

Peter Drucker (1996) refere que, na história ocidental, as transformações radicais têm ocorrido com intervalos de centenas de anos, mas que, numa questão de décadas, a sociedade em que vivemos reorganizou a sua visão do mundo, os seus valores básicos, as suas estruturas sociais e políticas, as suas artes e as suas instituições-chave. A nossa época corresponde, assim, a um desses períodos de transformação, que não se limita à sociedade ou civilização ocidental mas abrange uma história e uma civilização à escala mundial. “*Nesta sociedade, o conhecimento é o principal recurso dos indivíduos e da economia em geral*” (Drucker, 1996: 78). Segundo o mesmo autor, os tradicionais fatores de produção – a terra (ou seja, recursos naturais), a mão-de-obra e o capital – tornaram-se secundários. De facto, estes recursos podem ser facilmente obtidos desde que exista conhecimento. Nasce, assim,

um novo sentido, para a expressão conhecimento, o conhecimento com utilidade, ou seja, como meio para obter resultados sociais e económicos. É por isso que o autor também designa a “sociedade do conhecimento” como a “sociedade das organizações”, pois o propósito e a função de cada organização, seja empresarial ou não, reside na integração de conhecimentos especializados numa tarefa.

Stewart (1999), nesta mesma linha de pensamento, defende que o conhecimento se tornou um recurso económico mais importante do que a matéria-prima e, frequentemente mais importante do que o dinheiro. Uma constatação que pode ser observada quando o valor de mercado de algumas empresas supera o valor do seu património financeiro e físico (património tangível) acumulados. De acordo com Terra (2001a), isso acontece porque os valores intangíveis como as patentes depositadas, a imagem, o valor da marca, o talento dos funcionários e o capital intelectual agregado têm sido cada vez mais valorizados e acabam por gerar um aumento considerável do valor das ações dessas empresas, quando são cotadas em bolsa. Stewart (1999) define “capital intelectual” como um composto de “*material intelectual – conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência – que pode ser usado para criar riqueza. É a inteligência coletiva*” (Stewart, 1999: 14). O “capital intelectual” é uma matéria difícil de captar mas, se observarmos atentamente, verificamos que o primado da inteligência é evidente por toda a parte nos produtos e serviços com que nos cruzamos todos os dias.

Assim, os principais atores deste novo paradigma são, sem dúvida, as pessoas que detêm o conhecimento como meio de produção (Serrano & Fialho, 2003). Kaplan e Norton (1997), referem que uma das mudanças mais radicais no pensamento da gestão das organizações nos últimos anos consistiu na transformação do papel dos trabalhadores, que passou de fornecedor de força física para analisador de dados cada vez mais abstratos. Esta visão é corroborada por diversos autores, nomeadamente por Drucker (1993) e por Stewart (1999) quando se referem aos *knowledge workers*, por Sveiby (1998) quando expressa as diferenças dos paradigmas industrial e do conhecimento. Edvisson e Malone (1998) e Sveiby (1998), relembram que as pessoas são os únicos agentes nas organizações. Efetivamente, todos os

ativos e estruturas (tangíveis ou intangíveis) são o resultado das ações humanas, pelo que a produção humana pode ser vista como uma criação de conhecimentos.

O trabalhador é perspetivado como a fonte da criação do conhecimento das próprias organizações. No entanto, para que esta afirmação se concretize na prática os profissionais têm de renovar o seu conhecimento e isso requer uma reflexão contínua sobre os processos de aprendizagem. Na perspetiva de Nonaka e Konno (1998), o cerne da questão não se encontra no conhecimento em si, mas sim na criação de um contexto onde a criação, a aquisição e a difusão de novo conhecimento possa ser promovida e alimentada, recorrendo aos instrumentos organizacionais explicitamente criados para o efeito. Deste modo, o conhecimento deve ser entendido como o fruto de interações específicas ocorridas entre indivíduos, assumindo-se, assim, como um ativo socialmente construído. O grande repto lançado às organizações passa pela utilização de práticas de desenvolvimento de equipas, de aprendizagem coletiva ou organizacional e de gestão do conhecimento (Kluge et al., 2002) que ofereçam oportunidades diversas de enriquecimento profissional e estimulem as pessoas, não só a desenvolver coletivamente competências, mas também a partilhá-las, estimulando a cooperação no trabalho.

Segundo um Relatório Mundial da UNESCO publicado originalmente em 2005, cada sociedade possui as suas próprias mais-valias no âmbito do conhecimento, pelo que é necessário trabalhar de modo a articular as possibilidades que as sociedades já dispõem com as novas formas de elaboração, aquisição e difusão de conhecimento, valorizadas pelo modelo económico do conhecimento (Bindé, 2007). Com efeito, há já alguns anos que esta questão está no topo das prioridades ao nível europeu. No fim dos anos de 1980 a OCDE começou a introduzir o conceito de *knowledge-based economy*, (economia baseada no conhecimento). Ora, uma Economia baseada no Conhecimento valoriza a aprendizagem, a formação e a gestão dos recursos humanos nas organizações. Pelo que não foi uma surpresa, quando em 2000, os responsáveis políticos da União Europeia traçaram as linhas orientadoras da “Estratégia de Lisboa”, e aí estabeleceram que deveria ser “assegurado um au-

mento anual substancial no investimento per capita em recursos humanos” (CEL., 2000), realçando, desta forma, o valor fundamental do capital humano na “Sociedade da Informação” e “Sociedade do Conhecimento”. A emergência de uma economia do conhecimento é acompanhada pela conceção de uma *learning economy* (economia da aprendizagem). É assim que, na Estratégia de Lisboa, as ideias explicitadas pelo Conselho Europeu, em março de 2000, assumiram como objetivo fundamental: “*tornar a economia europeia baseada no conhecimento a mais dinâmica e competitiva*” (CEL, 2000). Para alcançar tal objetivo, os países europeus trabalham na modernização das suas organizações, uma vez que consideram fundamental potenciar o investimento nos recursos humanos e no conhecimento. Segundo Kovács, “*É cada vez mais consensual a ideia de que a qualificação dos recursos humanos, isto é a sua capacidade de acrescentar valor, está relacionada com a competitividade das organizações, dos países e dos blocos económicos, numa economia em que as atividades são, de uma forma geral, intensivas em tecnologia de informação e comunicação e em conhecimento*” (Kovács, 2002: 81).

Não obstante o potencial do conhecimento na sociedade atual, Monteiro alerta para o fato de se verificarem incongruências entre o discurso e o comportamento: se por um lado existe o reconhecimento da importância do fator humano como sustentáculo da competitividade, por outro, assiste-se a uma desvalorização crescente dos recursos humanos, através de práticas de flexibilização quantitativa e qualitativa que perspetivam a redução de custos. É por isso que, se ao nível do discurso da gestão se enfatiza o desenvolvimento dos recursos humanos, ao nível da prática constata-se que existem atuações contraditórias e até inconciliáveis (Monteiro, 2007: 26).

Segundo Kóvacs, estamos inseridos numa sociedade assimétrica e dual, onde existe uma polarização progressiva entre uma elite poderosa, a “classe do saber”, e uma massa de trabalhadores cujas condições de trabalho tendem a deteriorar-se (Kóvacs, 2002). Deste modo, determinados perfis profissionais têm vindo a assistir a um empobrecimento do seu estatuto, têm perdido protagonismo, regalias e importância. No entanto, é igualmente verdade que determinados grupos munidos de talento e competências e de conhecimentos considerados escassos, se têm tornado centrais e transitado da mera participação,

para o protagonismo ao nível do desenvolvimento organizacional (Evans, 2003 cf. Monteiro, 2007).

Vivemos numa época paradoxal, pois atualmente o protagonismo do conhecimento ao nível da criação de riqueza gera desigualdades mas também oferece as possibilidades para a sua superação. Tudo isto porque nos nossos dias, ao contrário do que ocorreu noutros períodos históricos, são os trabalhadores que detêm os meios de produção, facto que lhes dá possibilidades para gerar novos sentidos e traçar novas trajetórias socioprofissionais (Monteiro, 2007).

Conclusões

Num primeiro momento desta reflexão abordámos alguns dos principais temas e problemas de que se tem ocupado a teoria do conhecimento e discorremos, de forma muito breve, sobre a forma como aqueles têm sido tratados, ao longo do tempo pelos diferentes autores e correntes.

A discussão filosófica sobre o conhecimento tem-se apresentado como um movimento pendular entre a “conceção do eu” e a “conceção do universo”, manifestando um certo antagonismo entre estes dois posicionamentos, dando-se, por vezes, mais importância a um em detrimento do outro. Exemplo desta situação é a controvérsia entre a perspetiva racionalista e empirista.

Na ótica de Norbert Elias as questões das teorias sociológicas e filosóficas sobre o conhecimento permanecerão insolúveis enquanto ambas partirem de modelos estáticos que não tenham em conta que a aquisição de conhecimento ocorre no interior das sociedades através de processos de longo prazo (Elias, 1971). Foi neste sentido que Karl Mannheim recuperou o Materialismo Histórico de Marx e defendeu que o conhecimento, para além de historicamente relativo, é também socialmente relativo, ou seja, que todo o conhecimento, mesmo o conhecimento científico, é condicionado pelas características do ser social, nomeadamente pelas posições de classe. Peter Berger e Thomas Luckman, inspirados pela sociologia fenomenológica de Schütz, alargaram a Sociologia do Conhecimento ao conhecimento comum, ou

seja, ao conjunto de processos de construção social do conhecimento na vida quotidiana, preocupando-se com os processos que estabelecem que há conjuntos de conhecimentos humanos que são vistos como “a realidade”.

A história ensina-nos que as sociedades se preocuparam desde sempre em armazenar as memórias e os saberes coletivos. Contudo, nas sociedades contemporâneas do ocidente, a década de 90 do século XX foi pautada por um setor terciário dominante em relação aos restantes setores de atividade, como resultado de um desenvolvimento tecnológico que alterou radicalmente a forma de processar informação permitindo a manipulação de volumes de informação cada vez maior. Desta forma, a informação e o conhecimento foram assumindo um papel fulcral na economia, tendo-se tornado, nalgumas situações, mais importantes do que o capital, as matérias-primas e até do que o trabalho.

Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial ou ainda a sociedade em rede são designações utilizadas por sociólogos e outros pensadores, e que traduzem as profundas transformações que caracterizaram o final do séc. XX e o início do séc. XXI.

Atualmente, os ativos necessários para a criação de riqueza já não se reduzem, como antes, à terra, ao trabalho físico ou às máquinas, são, em vez disso, ativos constituídos pelo conhecimento: a “inteligência coletiva”. Os principais atores deste novo paradigma são as pessoas que detêm conhecimento como meio de produção. E principalmente os chamados “trabalhadores do conhecimento” que carregam consigo os meios de produção contrariando os paradigmas sociais anteriores. A atual sociedade de serviços, baseada em atividades intelectuais que mobilizam intensivamente o conhecimento, vem colocar o sujeito no centro das grandes equações (económicas ou sociais).

Referências bibliográficas

- Aron, R. (1994). *As Etapas do Pensamento Sociológico* (3a ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Barata, Ó. S. (2002). *Introdução às ciências Sociais* (10a ed., Vol. 1). Lisboa: Livraria Bertrand.
- Berger, P. L. (2007). *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística* (29a ed.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Berger, P. L., & Luckman, T. (2004). *A Construção Social da Realidade. Um livro sobre a sociologia do conhecimento*. (2a ed.). Lisboa: Dinalivro.
- Bindé, J. (2007). *Rumo às Sociedades do Conhecimento: Relatório Mundial da Unesco*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Blanché, R. (1988). *A Epistemologia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bronowski, J., & Mazlish, B. (1960). *A Tradição Intelectual do Ocidente*. Lisboa: Edições 70.
- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Corcuff, F. (2001). *As Novas Sociologias. Construções da realidade social*. Sintra: Varl. Ldaa.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Descartes, R. (1986). *Discurso do método*. Lisboa: Europa América.
- Drucker, P. F. (1993). *Post-capitalist Society*. New York: Harper Collins Publishers.
- Drucker, P. F. (1996). *A Gestão numa Época de Grande Mudança*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Edvinsson, L., & Malone, M. S. (1998). *Capital intelectual: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos*. São Paulo: Makron Books.
- Elias, N. (1971). Sociology of Knowledge: New Perspectives Part One. *Sociology*, 5(2), 149–168. doi:10.1177/003803857100500201
- Ferreira, J. M. C., Marques, R., Graça, J. C., Carvalho, A. S., Peixoto, J., & Raposo, R. (1995). *Sociologia*. Lisboa: Mc Graw-Hill.
- Freire, J. (2001). *Sociologia do Trabalho - uma introdução* (2a edição). Edições Afrontamento.
- Freire, J. (2002). Mudança e modernização nas empresas portuguesas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38, pp. 139–149. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a08.pdf>
- Giddens, A. (1998). *Política, Sociologia e Teoria Social. Confrontos com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Oeiras: Celta Editora.
- Hessen, J. (1978). *Teoria do Conhecimento*. Coimbra: Editor Sucessor. Instituto Piaget.
- Kant, I. (1997). *Crítica da Razão Pura* (4a ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (1997). *A estratégia em Acção: Balanced Scorecard*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Kluge, J. K., Stein, W., & Licht, T. (2002). *Gestão do Conhecimento*. Cascais: Principia.
- Kovács, I. (2002). *As Metamorfozes do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta.
- Kuhn, T. S. (2009). *A estrutura das revoluções científicas*. Lisboa: Guerra e Paz Editores.
- Mannheim, K. (1986). *Sociologia do Conhecimento*. Porto: Rés-editora.
- Marx, K. (1971). *Contribuição para a crítica da Economia Política*. (M. H. B. Alves, Trans.). Lisboa: Editorial Estampa.
- Monteiro, S. J. F. (2007). *Gestão do conhecimento: contributos para a conceptualização e operacionalização Um Projecto de investigação - Acção*. Universidade do Porto. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23412/2/67491.pdf>
- Nonaka, I., & Konno, N. (1998). The Concept of Ba: Building A Foundation For Knowledge Creation. *California Management Review*, 40(3), 40–54. Disponível em http://kcp-research.wikispaces.com/file/view/The+concept+of+ba_building+a+foundation+for+knowledge+creation.pdf
- Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa - como as empresas japonesas gerem a dinâmica da inovação* (13a ed.). Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Outhwaite, W. (2002). A Filosofia da Ciência Social. In B. S. Turner (Ed.), *Teoria Social*. Miraflores: Difel. pp. 83–106.
- Paulos, M. R., & Moniz, A. B. (2013). Os trabalhadores do conhecimento num setor tradicional: o caso dos designers do vestuário. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 2013(72), 103–122. doi:10.7458/SPP2013722620
- Santos, B. de S. (2002). *Introdução a uma ciência pós-moderna* (6a ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Serrano, A. M., & Fialho, C. (2003). *Gestão do Conhecimento:*

O novo paradigma das organizações. Lisboa: FCA – Editora de Informática.

Silva, E. W. da. (2012). *Sociologia do conhecimento*. Ijuí: Editora Unijuí.

Stewart, T. (1999). *Capital Intelectual: A nova riqueza das organizações*. Lisboa: Sílabo.

Sveiby, K. E. (1998). *A Nova Riqueza das Organizações: Gerenciando e Avaliando patrimónios de Conhecimento* (7a ed.). São Paulo: Campus.

Terra, J. C. C. (2001). *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial* (2a ed.). São Paulo: Negócio Editora.

Toffler, A. (1984a). *A terceira vaga*. Lisboa: Livros do Brasil.

Toffler, A. (1984b). *O Choque do Futuro*. Lisboa: Livros do Brasil.

Touraine, A. (1969). *La Sociedad Post-Industrial*. Ariel.

Nota:

Bernardete Sequeira | Doutora em Sociologia, IIFA-UÉvora | Prof.^a Auxiliar, FE-Univ. Algarve

João Filipe Marques | Doutor em Sociologia | Prof. Auxiliar, FE-Univ. Algarve